CONTRATO Nº 10504/23

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO E A EMPRESA: FAUSTINIANO JONAS CARDOSO LOPES - ME, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS QUE IRÃO COMPOR O CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BARRO ALTO BAHIA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Marques de Almeida, s/n — Centro — Barro Alto BA, CNPJ: 13.234.349/0001-30, neste ato representada por seu Prefeito, o Senhor ORLANDO AMORIM SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à Rua José da Cruz, nº 11 — Centro de Barro Alto Bahia, portador do RG 3.600.837 SSP/BA e CPF nº 426.776.885-49, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa: FAUSTINIANO JONAS CARDOSO LOPES - ME, pessoa jurídica, com sede na Avenida Julio Pereira Nunes, nº 208-A, Centro, Irecê - Bahia, CNPJ: 09.208.153/0001-01, neste ato representada pelo Sr. FAUSTINIANO JONAS CARDOSO LOPES, Portador do CPF 317.511.305-25 e RG: 03.391.232-73 SSP/BA, doravante denominada CONTRATADA, e, de conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo Nº 12303/23 e no Pregão Presencial Nº 02/2023 e seus anexos, e ainda no que couber serão aplicadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, têm, entre si, como certo e avençado o presente contrato, que fica aqui materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

1a - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- **1.1** Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis que irão compor o cardápio da merenda escolar do Município de Barro Alto Bahia.
- **1.1.1** Os GENEROS ALIMENTICIOS serão entregues conforme relação em anexo.

2a - CLÁUSULA SEGUNDA — DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- **2.1** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATADA: **I** Entregar com pontualidade os produtos ofertados;
- II Comunicar imediatamente e por escrito à Prefeitura Municipal de Barro Alto/BA, através da Fiscalização, através do Sr. Josiel Nunes Rodrigues (Secretário Mun. de Educação), qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- **III** Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação.
- **IV** A Contratada deverá entregar os produtos na Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Belo Horizonte, s/n, Centro de Barro Alto Bahia- BA.
- **V** Deverá seguir programação da Secretaria Municipal de Educação de Barro Alto Bahia, quanto à data, horário, local, quantidade e qualidade dos produtos a serem entregues, obedecendo ao horário das entregas das 8:00 às 12:00 e das 14:00 as 17:00h.
- **VI** O transporte dos gêneros alimentícios deverá ser realizado de forma a garantir a integridade dos produtos, inclusive higiênico sanitário, em concordância com a resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002/ANVISA e com a Resolução RDC 216, de 15 de setembro de2004.
- **VII** Nenhum gênero alimentício poderá ser entregue em carros abertos. Os alimentos deverão ser entregues em caminhão baú em adequadas condições higiênico/sanitárias.
- **VIII** O prazo de entrega do produto deverá ser de no máximo cinco dias úteis, a contar do recebimento do pedido encaminhado pela Secretaria de Educação e o mesmo deverá ser rigorosamente obedecido, sob pena de a empresa sofrer sansões previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.Caso seja detectada irregularidade em algum produto, a empresa contratada terá o prazo máximo de 05 dias úteis para a substituição do mesmo.

IX A contratada se responsabilizará por perdas e danos eventualmente causados nos gêneros alimentícios por seus técnicos ou empregados, durante a entrega dos mesmos;

X Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

- 2.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATANTE:
- I Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- **II -** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.
- **III -** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- **IV** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

3a - CLAUSULA TERCEIRA - FORMA DE FORNECIMENTO DE OBJETO

- **3.1.** O início do fornecimento dos gêneros alimentícios será logo após a entrega da nota de empenho e da assinatura do competente contrato de fornecimento;
- **3.2.** Em virtude do Município ainda não ter concluído o projeto do Centro de Abastecimento (almoxarifado), as empresas Contratadas deverão entregar os produtos em cada escola do Município e em pontos de coletas a serem informados previamente pelo Secretário de Educação do Município de Barro Alto Bahia, no horário comercial de segunda a sexta-feira.
- **3.3.** A entrega dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS será efetuada em 05 (cinco) dias corridos, de forma parcelada, na quantidade que a Administração julgar conveniente, em unidades, quilo, pacotes ou caixa, fardo, sacas, conforme descrito na planilha contendo a relação dos produtos.
- **3.4.** A Prefeitura de Barro Alto se reserva o direito de adquirir apenas parte dos produtos discriminados nos lotes, ou rejeitar a todos desde que haja conveniências para seus serviços.
- **3.5.** Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, deverá ter, no ato da entrega, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura quando for o caso;
- **3.6.** Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS que forem recusados pelo Setor da merenda escolar deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da Notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados;
- **3.7.** Não serão admitidos, para efeito de recebimento, gêneros alimentícios que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas nas propostas comerciais.
- **3.8.** Feita à entrega pela contratada, o contratante por intermédio da **Comissão de Recebimento**, realizará no prazo máximo de 72 **(setenta e duas)** horas, os exames necessários para aceitação/aprovação dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, de modo a comprovar que os mesmos atendem as especificações estabelecidas no Edital, conforme descrito na proposta vencedora.
- **3.9.** A fiscalização será exercida pelo Sr. Josiel Nunes Rodrigues (Secretário de Educação), encarregado de fiscalizar e acompanhar a entrega dos produtos licitados, prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, o qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

4a - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **4.1.** O valor global do presente contratado é de **R\$ 790.800,00 (setecentos e noventa mil e oitocentos reais).**
- **4.3.** No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.
- **4.4.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva entrega dos produtos desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.
- **4.5.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;
- **4.6.** Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.7. O pagamento só será efetuado após a comprovação pelo contratado de que se encontra em dia com suas obrigações, mediante apresentação das Certidões de Regularidade com a Fazenda Federal (conforme Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014); Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Fazenda Estadual; Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante; Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (Lei nº 12.440/2011).

5a - CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE:

- **5.1.** Os precos deverão ser expressos em reais sendo fixos e irreajustáveis.
- **5.2.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.
- **5.2.1.** Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.
- **5.3.** Em caso de redução nos preços dos gêneros alimentícios, a contratada fica obrigada a repassar ao Município o mesmo percentual de desconto.

6a - CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente contrato será de **05/04/2023 a 31/12/2023**.

7a - CLÁUSULA SÉTIMA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

7.1.Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias Exercício/2023:

03-03-2004-3390.30.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda;

08-08-2021-3390.30.00 – Manutenção da Merenda Escolar.

8a - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

- **8.1** Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.
- **8.2.**Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III— suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

- **8.3.** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **8.4.** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicandose o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.
- **8.5** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9a - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

10a - CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do Município.

11a - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

- **11.1** Fica eleito o foro da Comarca de CANARANA, ESTADO DA BAHIA, para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **11.2** E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou o presente contrato que será assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

Barro Alto BA, 05 de abril de 2023.

ORLANDO AMORIM SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

FAUSTINIANO JONAS CARDOSO LOPES - ME

CNPJ: 09.208.153/0001-01 CONTRATADA

Festemunhas:		
	CPF:	_
	CPF:	-